



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Democracia - Perspectiva e Princípio: contribuições aos fundamentos do Serviço Social

Fátima Grave Ortiz¹

Resumo: O trabalho apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa, que possui como objeto o processo de apreensão da democracia pelo Serviço Social nos anos de 1980 e 1990. Pressupõe que os fundamentos do Projeto Democracia de Massas consistiram no solo histórico e substância teórico-metodológica da agenda e das ações políticas do Serviço Social brasileiro em tais décadas, confirmando-se como perspectiva política adotada no cotidiano de suas entidades organizativas e como valor e princípio ético-político nos Códigos de Ética profissional (1986 e 1993).

Palavras-chave: Democracia. Socialismo. Serviço Social. Ética. Política.

Democracy - Perspective and Principle: contributions to the fundamentals of Social Work

Abstract: The paper presents partial results of a research project, which has as its object the process of apprehension of democracy by Social Work in the 1980s and 1990s. It assumes that the foundations of the Mass Democracy Project consisted of the historical background and theoretical-methodological substance of the agenda and the political actions of Brazilian Social Work in those decades, confirming itself as a political perspective adopted in the daily life of its organizational entities and as a value and ethical-political principle in the Codes of Professional Ethics (1986 and 1993).

Keywords: Democracy. Socialism. Social Work. Ethics. Politics.

1. INTRODUÇÃO

As considerações apresentadas neste trabalho são produto do projeto de pesquisa intitulado “Democracia, Pluralismo e Serviço Social: uma análise sobre as implicações do projeto Democracia de Massas para a profissão no Brasil nos anos 1980-1990 e desdobramentos contemporâneos” e desenvolvido na Escola de Serviço Social da UFRJ e seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

O objeto que impregnou a pesquisa – o processo de apreensão da democracia pelo Serviço Social – possui expressiva relevância para a investigação no campo dos fundamentos do Serviço Social, uma vez que é muito importante recuperar do ponto de

¹ Doutora em Serviço Social, professora Associada do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: fgraveortiz@gmail.com.

vista histórico e teórico os processos pelos quais a categoria profissional brasileira construiu estes princípios, tal como aquele sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa que é a democracia. Trata-se, portanto, não apenas de uma exigência posta a apreensão crítica da historiografia do Serviço Social, mas de analisar sua trajetória para entender as tensões presentes nestes princípios e respondê-las criticamente a luz dos desafios do presente.

Deste modo, nosso objetivo nesta pesquisa, ainda em andamento, tem sido analisar por meio de ampla revisão bibliográfica e documental, os fundamentos históricos e teórico-políticos que possibilitaram o Serviço Social brasileiro, a partir dos anos de 1990, adotar a democracia como princípio ético-político, apesar da mesma já pautar a ética profissional nos idos de 1980.

Partimos da hipótese que a adoção da democracia como perspectiva e, depois, como princípio ético-político em nosso Código de Ética de 1993, é herdeira de processo mais amplo, que atravessou a esquerda mundial – com destaque para o eurocomunismo –, particularmente a brasileira, nas últimas décadas do século XX, em especial no tocante ao desenvolvimento do projeto Democracia de Massas e a Estratégia Democrático-Popular.

Esperamos contribuir desta maneira com o aprimoramento da apreensão dos fundamentos do Serviço Social, a partir da análise da temática da democracia e seus desdobramentos sobre a organização política da categoria e a ética profissional.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA E A ESQUERDA BRASILEIRA

Partimos do entendimento que o debate entre democracia e socialismo é antigo, remontando há mais de um século (BUONICORE, 2006); contudo, foi a partir dos anos de 1960 com o surgimento e fortalecimento do chamado Eurocomunismo que esta relação – democracia e socialismo – se colocou com centralidade no debate teórico-político dos partidos de esquerda mundial.

Em linhas gerais, podemos qualificar o Eurocomunismo como um movimento nascente no âmbito de alguns partidos comunistas europeus, como o espanhol, francês e italiano, de caráter político, mas também fundamentado em termos teóricos, que pressupunha a necessidade de se reconhecer a democracia como via para o

socialismo. Certamente, tais partidos, sediados em países europeus com larga trajetória e experiência em relação aos movimentos dos trabalhadores, por um lado; e, por outro, por ampliação das políticas de bem-estar social, entendiam a necessidade de criação de outros caminhos para o socialismo, que não passassem necessariamente pela revolução explosiva e historicamente vivenciada em países como a Rússia czarista e a China.

Já no Brasil, a tese eurocomunista na qual a democracia seria o caminho, chega nos anos de 1970, mais precisamente a partir da divulgação e debate dos escritos de alguns intelectuais brasileiros, dentre os quais destacamos Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort e seus ensaios “A democracia como valor universal” (1979) e “Por que Democracia?” (1984) respectivamente.

Coutinho (1979), inspirado em Berlinguer – dirigente socialista italiano, afirmava que,

Se, como acreditamos, a observação de Marx tem alcance metodológico geral [...], podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia: nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal inúmeras das objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política. (COUTINHO, 1979, p.36).

A partir de perspectiva semelhante, Weffort (1984) também afirmava que a democracia, uma vez estando a serviço dos interesses dos trabalhadores, tende a universalizar-se, pois passa compor o rol das conquistas humano-genéricas.

Ou seja, a democracia, neste sentido, não seria, para Weffort (1984), um instrumento fundamentalmente burguês, mas objeto de disputa entre as classes. Para Weffort (1984), deste modo:

Chamar as modernas democracias europeias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por conseguinte, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. (WEFFORT, 1984, p. 38).

É importante dizer que a tese da democracia como valor universal e via para o socialismo não passou incólume; ao contrário, sofreu pesada crítica de setores da própria esquerda brasileira.

Para seus críticos (TOLEDO, 1994; MORAES, 2001 e 1999; TONET, 2011, dentre outros), imaginar que seria possível a construção de uma nova ordem societária por dentro das instituições democráticas burguesas, disputando sua hegemonia, construindo, assim, o projeto de “democracia de massas” (COUTINHO, 2000) equivale a desconsiderar os limites que estas mesmas instituições possuem no âmbito da sociedade burguesa. Toledo (1994), neste sentido, é enfático:

Nas sociedades democráticas contemporâneas, os principais e decisivos aparelhos de hegemonia estão inteiramente abertos e acessíveis às classes trabalhadoras e populares? Ou então: as diferentes classes sociais estão em igualdade de condições para deles se utilizar na produção e difusão de suas posições ideológicas e culturais? Sabemos que esses aparelhos não são monolíticos, nem funcionam como meros veiculadores das ideologias dominantes; neles igualmente se refletem as contradições sociais e aí se pode travar a luta ideológica de classes. No entanto, não se deve perder de vista a questão dos limites e do alcance dessa luta dentro desses aparelhos. (TOLEDO, 1994, p. 32).

Apesar das contradições que atravessam o próprio Estado e suas instituições, não se pode desconsiderar que este possui, acima de tudo, um caráter e conteúdo de classe, e que em última análise, sua razão de ser expressa os interesses à classe dominante e aos grupos a ela relacionados.

Além disso, não podemos, conforme Toledo (1994), entender que a existência da democracia é fruto exclusivo das lutas da classe trabalhadora. Compartilhamos com Toledo (1994) o entendimento que a democracia e os processos que ela promove, também interessam e legitimam os interesses burgueses.

Como é sempre relevante ressaltar, a supressão da democracia política é particularmente desastrosa para as classes trabalhadoras e populares. Mas, essa mesma democracia - necessariamente classista nos quadros da ordem capitalista, ao contrário do que julga a esquerda “moderna” - tem sido também um poderoso instrumento para a garantia e reprodução da ordem desigual, na medida em que seus efeitos ideológicos têm contribuído para privar a classe trabalhadora da possibilidade de conceber um outro tipo de Estado e sociedade. Se os regimes democráticos permitem efetivas conquistas sociais e políticas para as massas populares, a sua idealização tem tido um efeito mistificador e contrarrevolucionário. (TOLEDO, 1994, p. 35).

Entretanto, vivendo apenas episódios democráticos em toda a sua trajetória histórica e após vinte anos sobre uma ditadura civil-militar, qualquer questionamento em torno da eficácia de democracia para a construção de um caminho sólido com vistas a um ambiente político mais amistoso e alvissareiro para o desenvolvimento de novas

perspectivas societárias, parecia algo anacrônico nos idos do final dos anos de 1970 e década de 1980 no Brasil.

Assim, desde a luta pelas “Diretas Já”, a defesa da democracia como antídoto de todos os males se tornou bandeira indispensável nos rumos da história recente brasileira. Deste modo, constituiu-se, portanto, o solo histórico e político do projeto “Democracia de Massas”, desde o conjunto de processos que envolveu a necessária luta contra a ditadura até a descrença dos quadros militantes da esquerda em relação à revolução como via de construção do socialismo.

Entretanto, no Brasil pós-ditadura há a presença em disputa de dois projetos distintos e antagônicos: o “liberal-corporativo”, tipicamente presente nos Estados Unidos e claramente identificado com o neoliberalismo, e o “Democracia de Massas” (COUTINHO, 2000). Caberia ao projeto “Democracia de Massas”, todavia, o estímulo à participação política dos vários segmentos da classe trabalhadora com vistas a,

[...] construir uma vontade coletiva majoritária, capaz de articular esses múltiplos interesses por meio da gestação de um espaço público em que se combinem hegemonia e pluralismo. Com isso, torna-se possível, sem ignorar os interesses privados, fazer predominar, nas decisões políticas globais (particularmente as econômicas), o efetivo interesse público. Trata-se, para tal projeto democrático, de elevar a política do nível “econômico-corporativo” ao nível “ético-político”. [...] Essa democracia de massas aparece assim como o quadro institucional no qual profundas reformas de estrutura [...] podem abrir o caminho - o único caminho possível e desejável - para a progressiva construção de uma sociedade socialista em nosso país. Condição para isso, decerto, não é a minimização do Estado, mas sim sua democratização radical, o que implica reformas substantivas que convertam os aparelhos estatais, inclusive os econômicos, em instrumentos privilegiados do predomínio do interesse público (ou comum) sobre o interesse privado (ou corporativo). Também aqui, não é difícil constatar a presença, na vida política brasileira atual, de organizações partidárias e sindicais próprias desse “modelo”: basta pensar no PT e nos demais partidos de esquerda, bem como no sindicalismo ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT). (COUTINHO, 2000, p. 100).

Conclui-se, portanto, que o projeto societário “Democracia de Massas” que fundamentou a Estratégia Democrático-Popular que, por sua vez, se encontra na base das formulações do Partido dos Trabalhadores (PT) dos anos de 1980 e 1990, consistiu no fértil solo histórico e político e, ao mesmo tempo, substância teórico-metodológica e política para o processo mesmo de “intenção de ruptura” (NETTO, 1996) de um modo mais amplo e em particular para a construção do Código de Ética de 1993, e particularmente do princípio sobre a democracia que nossa pesquisa se propôs a recuperar.

3. PRIMEIRO COMO PERSPECTIVA; DEPOIS, COMO PRINCÍPIO – SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E DEMOCRACIA

É volumosa a literatura na área de Serviço Social (GUERRA; ORTIZ, 2009) que apresenta e analisa os processos que culminaram com a chamada “Virada do Serviço Social”, bem como sobre seus produtos, tanto no nível da formação profissional quanto em termos do exercício cotidiano da profissão e a organização política da categoria profissional.

Entretanto, nossas pesquisas desenvolvidas até aqui indicam que o projeto societário “Democracia de Massas” que fundamentou a Estratégia Democrático-Popular que, por sua vez, se encontrou na base das formulações do PT dos anos de 1980 e 1990, consistiu no fértil solo histórico e político e, ao mesmo tempo, substância teórico-metodológica, para a constituição desta “Virada” e, principalmente, para os demais processos experienciados pela categoria profissional e suas entidades nos anos seguintes.

Deste modo, afirmamos que a apreensão da democracia como matéria central do projeto “Democracia de Massas” impregna o Serviço Social brasileiro, que passa a adotar a perspectiva democrática como “motor” de suas ações e propostas políticas e organizativas.

Em nossas pesquisas, temos observado, por meio da análise de alguns materiais de comunicação apresentados à época à categoria profissional, como as entidades do então conjunto CFAS/CRAS – atualmente CFESS/CRESS - adotaram a perspectiva democrática em suas ações cotidianas e regimentais. Nesta direção, tivemos a oportunidade de analisar um universo de sessenta e um (61) jornais e boletins emitidos pelo CRAS 7ª Região (Rio de Janeiro) nas décadas de 1980 e 1990, sendo quatorze (14) e quarenta e sete (47) respectivamente.

A análise de tais materiais explicita como a perspectiva democrática não somente conduziu política e ideologicamente a entidade em relação à adesão a determinadas bandeiras e pautas majoritariamente presentes nos anos de 1980 e 1990 – como a defesa do direito de greve, por exemplo; mas inseriu-se objetivamente no cotidiano executivo e operacional do próprio CRAS, como abaixo apontado em avaliação

da gestão da entidade no triênio 1984/1987, especificamente nas ações do eixo “Democratização do CRAS”:

1. Realizar reuniões abertas com participação da categoria; [...] 3. Realizar assembleias para decisões de questões centrais; 4. Propiciar a eleição de delegados por locais de trabalho com poder decisório no Conselho Pleno do CRAS; [...] 7. Realizar assembleia para definir a utilização das verbas arrecadadas pelo CRAS; 8. Realizar assembleias trimestrais de prestação de contas; 9. Criação de comissões de trabalho de acordo com decisões da categoria. (CRAS, 1987, p.1).

A ênfase no recurso das assembleias como espaço decisório legítimo e majoritário para o encaminhamento das decisões políticas, mas também as operacionais a estas implicadas – como o uso dos recursos financeiros da entidade – é uma nítida expressão da adoção da perspectiva democrática no cotidiano do Conselho. Considerando a postura conservadora e cartorial que estas entidades possuíam nas décadas anteriores a este período, a utilização recorrente de assembleias se colocou como uma inovação que pressupôs que a democracia exige a disposição do debate e da tomada coletiva de decisões que, no caso, definiriam os rumos da entidade.

Atualmente, a convocação de assembleias para aprovação das contas do Conselho e valores de anuidades, por exemplo, parece algo corriqueiro e usual; mas a análise concreta dos processos históricos que constituem a historiografia do Serviço Social não deixa dúvidas de que nem sempre fora assim; ao contrário, o recurso recorrente ao instrumento da assembleia expressa bem o alcance da Virada de 1979 sobre a postura cotidiana dos Conselhos e a adesão deste à perspectiva democrática sobre a profissão e nas relações interprofissionais.

Do mesmo modo, a necessidade de envolver efetivamente a categoria profissional nas decisões e no trabalho cotidiano do CRAS a partir da participação dos assistentes sociais em comissões – como é comum atualmente – expressa também esta perspectiva e a necessidade de contribuir com a construção de uma intervenção profissional afinada com os interesses e necessidades reais dos usuários.

A articulação da entidade com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, bem como e principalmente, o estímulo à categoria profissional para que os profissionais se engajassem diretamente nestas lutas, buscando alianças políticas capazes de fortalecer um projeto societário alternativo ao burguês por meio da adoção estratégica da

democracia também é observada na análise dos materiais do CRAS, como nas ações pertinentes à avaliação da gestão 1984/1987 supracitada:

IV – ARTICULAÇÃO COM AS LUTAS GERAIS DA SOCIEDADE: 1. Apoiar a luta de todos os setores da sociedade contra o arbítrio e a exploração que pesam sobre nosso povo; 2. Estabelecer a articulação com as entidades da categoria, tendo em vista a defesa das lutas democráticas; 3. Defender efetivamente a livre manifestação política dos profissionais em seus locais de trabalho e nos demais espaços da sociedade; 4. Apoiar a organização dos trabalhadores em nível nacional (CRAS, 1987, p.1).

Ratificando esta posição, observa-se, também já nos idos de 1990 em entrevista concedida pelo professor Haroldo Abreu (infelizmente falecido recentemente no mês de fevereiro deste ano) ao CRESS 7ª região e publicada pelo Conselho Regional em seu jornal em 1998, a necessidade da criação de espaços de debate para afirmação da perspectiva democrática. Afirma o professor que,

A ampliação do debate é sempre positiva na perspectiva democrática. Não existe democracia sem debate. Os trabalhadores de Serviço Social devem trabalhar para isso, se não continuaremos com a sensação de impotência. Conquistar novos conhecimentos, estar articulados com outros reduz esta sensação e torna mais fácil a construção de caminhos e alternativas. A estratégia fundamental hoje é construir fóruns de debate, alimentar uma cultura crítica. (CRESS, 1998, p.8. Grifos nossos).

Em que pese a conjuntura do final dos anos de 1990 com forte impacto do neoliberalismo sobre os direitos e políticas sociais ratificada pelo processo de contrarreforma do Estado promovida pelo governo FHC, a fala acima ratifica a adoção da perspectiva democrática – expressa na premente necessidade de ampliação do diálogo com os possíveis aliados políticos – como uma alternativa para enfrentamento da crise.

O reconhecimento da democracia como recurso estratégico para a luta da classe trabalhadora, como brevemente mencionada no item anterior, esteve como fundamento central dos projetos de sociedade da esquerda, não apenas aqui no Brasil, como em várias partes do globo e, neste sentido, não é de se surpreender a sua indicação também no âmbito do Serviço Social, como se atesta em mais um jornal do CRAS de 1986:

A luta por democracia não pode ser entendida como um fim em si mesmo, mas como uma estratégia que dentro do processo mais geral, contribua para a conquista de condições concretas e objetivas para a organização e avanço do projeto político [...]. (CRAS, 1986, p.2. grifos nossos)

Neste sentido, a análise dos jornais ratifica o entendimento da entidade sobre o potencial da democracia como recurso estratégico para o processo de construção de um projeto societário alternativo ao capitalismo. Contudo, é importante se sublinhar também a tendência de alinhamento mais fino da entidade, por meio de artigo de autoria de uma de suas conselheiras, nos anos de 1990 com alguns pressupostos do chamado Eurocomunismo, como o questionamento a então hegemonia soviética sobre os demais Partidos Comunistas pelo mundo, bem como a defesa do pluralismo como necessidade para afirmação de um projeto societário alternativo.

A alternativa democrática exige a convivência plural entre diferentes; exige o rompimento com uma antiga prática social que transforma opositor em adversário; exige para os mais novos aprender a viver num Estado democrático e a reaprendizagem para os que tiveram a oportunidade de viver este estado em alguns curtos períodos da história política brasileira; e exige a compreensão da maioria da esquerda brasileira que a queda do Muro de Berlim não é um problema de 'construção civil', mas significa a necessidade de um rompimento radical com as velhas concepções de socialismo leninista derivada do bolchevismo. [...] A alternativa democrática 'só é viável se conciliar a defesa da igualdade de oportunidade com a defesa da valorização dos diferentes.' (LIMA, S. B. IN: CRAS, 1991, p.6. grifos nossos).

Assim, por caminhos bastante particulares, porém afinados com algumas das tendências políticas existentes em solo brasileiro nos anos de 1970, 1980 e 1990 no campo da esquerda, a democracia se colocou para nossas entidades, das quais o Conselho Regional de Serviço Social da 7ª região tem se configurado como uma importante expressão, como uma perspectiva central para organização política e executiva destas na relação com a categoria profissional, mas também com os usuários e com a identificação de outros aliados políticos.

A aliança política com outros sujeitos e seus movimentos e lutas sociais se afirmou como matéria da prática democrática necessária para a construção de um projeto societário alternativo ao capitalista.

Assim, é que a prática democrática que se fala aqui é a surgida na luta, distante dos escritos da Constituição e presente no afloramento de diversas greves no país à revelia da legislação vigente [...]. É, em respeito e consonância com este projeto que parcela significativa da categoria dos assistentes sociais engrossam um movimento, redefinindo sua prática profissional e inserindo-se concretamente nos movimentos sociais. (CRAS, 1986, p.2. grifos nossos).

Observa-se, assim, que a perspectiva democrática, afirmada nos discursos e nas ações da entidade pesquisada, aos poucos, assume também uma face distinta, porém autoimplicada, a de valor ético, que exige a ação política para orientar cotidianamente o exercício profissional do assistente social no Brasil.

Tal giro é explícito no Código de Ética de 1993, apesar de que no Código de Ética de 1986 já identificamos a necessidade de que os assistentes sociais se empenhassem na democratização do acesso aos recursos institucionais e informações disponíveis com vistas à organização, participação e mobilização política dos usuários, tal como no artigo 3º em que se trata os deveres do assistente social: “C – Democratizar as informações disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação social dos usuários” (GEPE, 2006, p.64).

O apelo à democratização é observado também entre as formulações de autores vinculados ao projeto “Democracia de Massas”, como Coutinho (2000), que defendendo a imponderável socialização da política como processo decorrente do conjunto de transformações econômicas e políticas presentes na sociedade burguesa contemporânea e no Estado, afirma que “essa alteração na natureza do Estado capitalista determinou uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário e socialista.” (COUTINHO, 2000, p.39).

A democratização das informações apregoada pelo Código de Ética dos assistentes sociais em 1986 se inscreve a partir deste entendimento estratégico, pois quanto mais informado acerca de seus direitos e possibilidades políticas, mais capaz de se colocar como sujeito político se tornaria o usuário.

Entretanto, se o Código de Ética de 1986 efetivou uma ruptura radical com a ética tradicional, ao mesmo tempo em que se pôs em rota de colisão com o projeto societário dominante, também se colocou como forte expressão da conjuntura da década de 1980, demandando anos mais tarde, como sabemos, a sua revisão.

Conforme disposto na “Introdução” do Código de Ética de 1993,

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais, e das tendências à autonomia e à

autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional, de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário. (GEPE, 2006, p. 82, grifos nossos).

Deste modo, recuperando a *hipótese* que tem norteado nossas pesquisas, a adoção da democracia como perspectiva e, sobretudo, como princípio ético-político em nosso Código de Ética de 1993, é herdeira do processo que atravessou a esquerda mundial– com destaque para o eurocomunismo–, particularmente a brasileira, nas últimas décadas do século XX, em especial no tocante ao desenvolvimento do projeto Democracia de Massas e da Estratégia Democrático-Popular.

Conforme indicado no referido código, é necessário realizar “a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto *socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*” (GEPE, 2006, p. 83 – grifos nossos). Ou seja, considerando, por um lado, nosso pequeno lastro histórico democrático; e, por outro, os últimos vinte anos de ditadura, era (e ainda é) urgente a manutenção da democracia como regime político. Mas não só; era fundamental (e ainda é também) que a conquista democrática se aprofundasse, por meio da garantia da participação dos usuários trabalhadores na construção das decisões e nos encaminhamentos e respostas institucionais, permitindo, outrossim, o acesso destes às políticas sociais, e por conseguinte, ao fundo e orçamento públicos. Não por acaso, democracia, cidadania, equidade e justiça social fazem parte do mesmo universo de princípios garantidores do acesso universal aos bens e serviços sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises bibliográfica e documental realizada durante nossas pesquisas têm ratificado o entendimento que de fato o Serviço Social brasileiro incorporou a partir dos anos de 1980 a perspectiva democrática, nos termos do que pressupunha o projeto “Democracia de Massas”, em todas as suas esferas, embora nos limites deste trabalho, tenhamos destacado apenas tal adoção no âmbito da organização política [e por conseguinte, no funcionamento cotidiano de suas entidades, como foi o exemplo do

CRAS 7ª região] e na orientação ético-política por meio de seus dois últimos Códigos de Ética profissional – 1986 e 1993.

Nossas pesquisas também demonstram que com a entrada do século XXI, e já sob os governos PT, a perspectiva democrática se ratifica no meio profissional, seja através das suas entidades, seja por meio da produção de conhecimento proporcionada pela divulgação de teses de doutorado e dissertações de mestrado na área de Serviço Social (objeto de outro flanco do mesmo projeto de pesquisa citado no início deste trabalho), observando-se, inclusive, a tentativa de se identificar o projeto ético-político profissional com o próprio projeto Democracia de Massas.

No entanto, adentrando-se na segunda década do século XXI, depois de três gestões concluídas do PT, o impeachment de Dilma Roussef, o governo de extrema-direita de Bolsonaro e a nova gestão do PT a partir da coalizão Lula-Alckimin em 2023, novas inflexões se põem à democracia e à sua perspectiva política subjacente.

Democracia tem sido, neste sentido, a palavra de ordem. Apesar de todos os seus limites, garanti-la, entretanto, tem se colocado como um imenso desafio em face da sua erraticidade em nossa trajetória sócio-histórica como um todo; mas também em função da retomada mundial do fascismo, no qual o Brasil e determinadas franjas de sua sociedade buscam pertencer. Assim, os estudos sobre a democracia e como a entendemos e incorporamos em nossas agendas de luta e resistência precisam se adensar no Serviço Social, ratificando, deste modo, a relevância de nossas pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

BUONICORE, Augusto. **Qual o valor da democracia?** Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/buonicore%20rev.pdf>. Acesso em: 07 jan 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez editora, 2000.

CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CRAS). **Editorial: A democratização das entidades representativas da categoria**, Rio de Janeiro, 1986.

_____. **Jornal do CRAS** – Avaliação da gestão 01.07.84 a 31.01.87, Rio de Janeiro, janeiro/1987.

_____. **Jornal do CRAS**, Rio de Janeiro, 1991.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. (CRESS). **Entrevista**: Não existe democracia sem debate, Rio de Janeiro, 1998.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ÉTICA (GEPE). **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social**, 2. ed., Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPE, Recife, 2006.

GUERRA, Y.; ORTIZ, F. G. Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro v.19, n.2, p. 123-136, dez-2009.

MORAES, João Quartim de. A Universalidade da Democracia: esperanças e ilusões. **Ad Hominen**: Revista de Filosofia, Política/Ciência da História, tomo 1, São Paulo, 1999.

_____. Contra a Canonização da Democracia. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**, 2. ed., São Paulo: Cortez editora, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro de. A Modernidade Democrática da Esquerda: adeus à revolução?, n.1, **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo Editorial, 1994.

TONET, Ivo. **Marxismo e Democracia**, 2011. Disponível em www.ivotonet.xpg.uol.com.br Acesso em: 15 jan. 2011.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?**. 2ª. edição, São Paulo: Brasiliense, 1984.